
EDITORIAL

É, hoje, amplamente aceite, como objectivo primordial de Defesa, a satisfação de um tríptico anseio comum a todos os povos: — SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA.

Anseio em que se reconhece, como denominador comum e condicionante de harmonização, um elemento — o tecnológico. Este, em ritmo alucinante, vem revolucionando, nas últimas décadas, o ambiente, os hábitos e as tradições; está a transformar as mentalidades, os homens e as relações institucionais; terminará mecanizando os suportes espirituais, os credos e as culturas.

A tecnologia, gerada pelo homem, acaba por oferecer-lhe um mundo de contradições tal que o Bem a atingir, como aspiração, pode tornar-se latente ameaça, numa conjuntura em que a almejada individualidade não raro se configura em penalizante cerceamento de liberdades e num posicionamento a partir do qual, de autómato, facilmente passará a mero autómato.

Por um lado, a tecnologia constitui-se motor de desenvolvimento e, portanto, teoricamente, de progresso e de bem-estar, embora estes tenham sempre de ater-se a uma complicada interdependência de vertentes políticas, económicas e sociais, em que o vector crescimento será tanto causador como resultante de comportamentos sociopolíticos.

Por outro, do estádio de tecnologia dominada, tido como factor preponderante de um poder negociador, ou nacional e cada vez mais susceptível de distanciar e escalonar as sociedades, dependerá a segurança.

Convenha-se que, em ambos os casos, da tecnologia que o homem vem criando sairá um outro mundo, que não o nosso actual, a legar ao novo século que se aproxima — um mundo longe do positivo utópico imaginado pelos pensadores da época

renascentista e pós-descobrimientos; tão-pouco o do negativismo de autores antiutópicos como Yevgeny Zamyatin, Aldous Huxley ou George Orwell.

Porventura aquele que o homem pensante consiga controlar, por entre o emaranhado de inimaginadas e conflituosas consequências que o engenho tecnológico, confirmadamente, no concreto, ultrapassando a fantasia utópica, vier a introduzir na concertação das nações e no caldeamento dos povos.

Ponham-se de parte, porém, imagens futuroológicas arquitectadas sobre as «Tecnologias nascentes», que são hoje prato forte nos palcos onde habitualmente se debatem os assuntos da segurança e da defesa.

Fiquemo-nos pelo passado recente e no presente, equacionando para reflexão algumas bem conhecidas linhas enquadrantes da vivência internacional provocada, ou passível de atribuir, ao elemento tecnológico:

- Seja a desenfreada competição mundial eloquentemente ilustrada no relacionamento das superpotências, influenciando sociedades e economias, determinando interesses nacionais onde os relativos à segurança hierarquizam e submetem, quantas vezes, o desenvolvimento das gentes;
- a criatividade tecnológica como função a um tempo redutora de independência e veículo de fusão de comunidades, enquanto afectando, pela força internacionalizante que projecta, a tomada da decisão política mais conveniente;
- ou ainda a aplicação indiferenciada de tecnologias e seus produtos nos sectores públicos e privados, obrigando as administrações a uma equilibrada gestão de situações politicamente menos compatíveis e isto para lá da sua dupla e crescente utilização civil e militar, tornando nebulosos os limites a que deve conformar-se;
- a movimentação internacional do saber e da ciência, ou os «clubes de desenvolvimentos», originando interdependências que se traduzirão em perda de autonomia política, senão mesmo de soberania, produzida para mais, e amiúde, através de «tecnocracias» multi e transnacionais agindo à margem dos Estados;

— ou até formas várias e sofisticadas de controlo externo do meio económico, bem como do político-social, indirecta mas positivamente exercido por via de um transfer tecnológico em que os países se assumem, ou são forçados a aceitar-se, graduados em escalas artificiais de desenvolvimento.

Argumentos deste tipo, entre tantos outros que poderiam adiantar-se, afiguram-se suficientes para que nos interroguemos sobre o que as novas tecnologias nos reservam em termos de futuro plausível — se progresso, desenvolvimento e bem-estar, ou limitação de identidade cultural e económica; se elemento unificador de sociedades, ou fonte de potencial desmembramento; se, no campo da justiça social, o seu uso político privilegiará antes a força e o poder, por intencional inadequação dos meios às finalidades perseguidas.

Donde se não estranhará que se pergunte se é justo e legal, ou ética e moralmente admissível, que alguns homens submetam a Humanidade, constringendo pela tecnologia, na prossecução de egoísticos interesses pessoais, de grupo, porventura nacionais.

Ou então se a lei positiva, reguladora de todo o relacionamento humano, pouco ou nada terá a ver com a lei natural, expressão de uma conduta eticamente aceitável pelas nossas consciências.

As obrigações morais a que a Consciência do Homem e a Dignidade dos Estados não deverão nunca furtar-se, nem sempre são valoradas pelos «legalismos».

Perante a «igualdade soberana» dos Estados-Nações face às regras do direito internacional, subordinação única que se lhes impõe, independentemente da sua dimensão ou capacidade negociadora, a tecnologia impera e sobrepõe-se.

Com a agravante, não desmentida, de poder esvaziar de conteúdo ético-moral a condução das respectivas relações exteriores, num limiar de nova utopia qual seja o direito legal de se afirmarem senhores de decisão autónoma e independente, em termos políticos e económicos, na defesa dos interesses próprios.

Será que o «consciente colectivo», a razão julgada pela lei e pelas condutas, continuará dando legitimidade a poderes eventualmente incongruentes como os permitidos pelo Artigo 41.º da Carta das Nações Unidas (buscando tornar eficaz o artigo 16.º do Pacto da Sociedade das Nações), atento um quadro de vantajosa assimetria por parte dos detentores de dianteira tecnológica, num mundo de disparidades socioeconómicas e culturais já de si tão gritante quanto explosivo?

Certo é que se caminha de um pouco conhecido para o muito ignorado, como se do escatológico para a mais acabada utopia.

Sonha-se com um mundo renascido em jeito de sanatório de Thomas Moore, buscando a cidade do sol de Tommaso Campanella, em processo laboratorial conducente a uma nova atlantis de Francis Bacon.

Ao Homem e só a ele caberá balancear a exploração tecnológica, abstraindo do Bem inatingível e conjurando, em simultâneo, o Mal com que for sendo aliciado.